



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais.

A conformação da democracia latino-americana no contexto do desenvolvimento capitalista

Resumo

Este artigo visa analisar a conformação da democracia latino-americana no contexto do desenvolvimento do sistema capitalista tendo o materialismo histórico-dialético como bússola a orientar a apreensão da totalidade do fenômeno, o que significa, dentre outros aspectos, estabelecer a centralidade exercida pelos modos de produção nas determinações da dinâmica do processo histórico-social, como o próprio Estado e a democracia. É nesse sentido que defende-se a ideia de que o desenvolvimento do sistema capitalista não só impingiu o subdesenvolvimento econômico da periferia, mas também forjou o seu subdesenvolvimento político quando desassociou a implantação do capitalismo da construção da democracia burguesa clássica, fazendo surgir aqui, no máximo, o que aqui denominando de *subdemocracia*.

Palavras-chave: Estado; Democracia; Capitalismo; Subdesenvolvimento.

The conformation of Latin American democracy in the context of capitalist development.

Abstract

This article aims at analyzing the conformation of Latin American democracy in the context of the development of the capitalist system, with historical-dialectical materialism as a compass to guide the apprehension of the totality of the phenomenon, which implies establishing the centrality exercised by the modes of production in determinations of dynamics of the historical-social process, such as the state and democracy. It is in this sense that the idea is defended that the development of the capitalist system not only impinged the economic underdevelopment of the periphery, but also forged its political underdevelopment when it disassociated the implantation of capitalism from the construction of classical bourgeois democracy. maximum, which here denominates of sub-democracy.

Keywords: State; Democracy; Capitalism; underdevelopment.

Introdução

Adotando a perspectiva da teoria crítica do Estado, compreendendo-o, pois, como uma construção sócio-histórica de organização do poder em um complexo de instituições, dotadas ou não de coerção, cujo desenvolvimento se dá por disputas, tensões, conflitos entre classes ou frações de classes na busca por fazer prevalecer seus interesses particulares no âmbito mais geral da organização social, especialmente o de apropriação do produto do excedente (WOOD, 2010), é preciso compreender que há múltiplas conformações do Estado a depender da correlação de forças sociais presentes em determinado momento histórico e em determinada região do planeta.

É partindo desse pressuposto que, como resultado das reflexões elaboradas na Disciplina “América Latina: economia e sociedade”, e no intuito de dialogar com o objeto principal de pesquisa da tese, este artigo tem por objetivo analisar a conformação da democracia latino-americana no contexto do desenvolvimento do sistema capitalista.

Para tanto, entendemos como necessário e mais adequado à nossa perspectiva, a adoção do método do materialismo histórico-dialético como bússola a nos orientar na apreensão da totalidade do fenômeno a ser estudado. Um método que exige compreender que o objeto de estudo insere-se no seio de uma sociedade de classes, marcada pela indelével contradição entre capital e trabalho, e, como adverte Demo (1995), considerar o fenômeno a partir de uma perspectiva dialética da totalidade histórica da qual é fruto, reconhecendo todas as condições objetivas e subjetivas.

Isso importa, preliminarmente, estabelecer a centralidade exercida pelos modos de produção nas determinações de toda a dinâmica do processo histórico-social. Nesse sentido, a perspectiva marxista de análise sobre uma determinada realidade exige a identificação das leis estruturantes do modo de produção ali existente. São elas que darão a chave de interpretação de toda e qualquer particularidade a ser estudada.

Em todas as formas de sociedade encontra-se uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras. É uma iluminação universal em que atuam todas as cores e às quais modifica em sua particularidade. É um éter especial que determina o peso específico de todas as coisas às quais põe em relevo. (MARX, K., 2008, p. 266)

Nesse sentido, o sistema capitalista de produção distingue-se dos modos de produção precedentes, entre outras questões, fundamentalmente porque, ao contrário dos modos anteriores caracterizados por uma produção essencialmente voltada para valores de uso, o Capital complexificou a produção ao subordinar a geração de valor de uso à necessária geração de valor de troca, uma produção generalizada de mercadorias, na qual o próprio trabalho humano assim se converteu. Um processo de produção substancialmente marcado pelo *sobretabalho* dirigido à geração de mais-valia, que segundo Marx (2006), corresponderia ao valor que excede ao tempo de trabalho correspondente ao valor pago pelo capital à força de trabalho.¹

¹ Análise profundamente detalhada por Marx no Capítulo V do Livro I de “O Capital” (MARX, K. O Capital: crítica à economia política. Livro 1. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.).

Em decorrência desse processo no qual a satisfação das necessidades humanas passou a depender estruturalmente da produção de mercadorias, o Capital logrou êxito em desenvolver-se como um sistema que subordinou todos os elementos da sociedade a si próprio, assumindo, nas palavras de Meszáros (2002), o total controle do metabolismo social. Todavia, este mesmo autor adverte que sob o domínio do Capital, o desenvolvimento da sociedade humana passou a se estruturar em bases profundamente antagônicas, o que exigiu, na perspectiva da manutenção de sua “lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional”, a existência de um corpo alienado capaz de exercer o papel de *correção vital* das imperfeições do sistema, ou seja, o chamado Estado Moderno.

Assim, para o autor, “a função corretiva vital das formações estatais historicamente constituídas do capital sempre foi a de manutenção e também fortalecimento dos irremovíveis imperativos materiais de autoexpansão do sistema” (MESZÁROS, 2015. P. 16).

É, pois, dentro dessa perspectiva de entender o Estado como o garantidor dos interesses do Capital que partiremos da análise da formação dos Estados Modernos na América Latina e sua estreita relação com o desenvolvimento do capitalismo como sistema global de produção e reprodução da vida social – o qual se consolidará sobre um determinado padrão de acumulação de riqueza com particularidades na América Latina - , para só então chegarmos à compreensão de como se conforma entre nós o chamado regime democrático de Governo.

A formação dos Estados Modernos Latino-americanos no contexto colonialista

Ao analisar o processo dos “descobrimientos”, Prado Júnior (2011) evidencia as razões que estão na essência deste processo levado a cabo por Portugal e Espanha e que, segundo ele, marcarão de forma indelével, a formação das sociedades latino-americanas.

O autor destaca que todos os “descobrimientos” articularam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do iniciante capitalismo comercial europeu que necessitava ampliar-se inexoravelmente, daí o caráter de exploração e de desprezo por algo além disso em relação à América Latina, algo muito diferente do que ocorreu com a fundação da Nova Inglaterra no Norte da América.

Ao analisar especificamente o caso brasileiro, o autor afirma que:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. (PRADO Jr. 2011. Pg. 31)

Portanto, inserida no sistema capitalista por meio do processo, violento e subalternizador, do colonialismo, a América Latina se conformou ao longo da história como região periférica em relação ao estabelecido centro decisório do Capital, seja na dimensão econômica ou mesmo política.

Nesse sentido, Quijano (2000) afirma que as Américas não foram incorporadas dentro de uma já existente economia mundial capitalista, eis que foi por meio do colonialismo latino-americano que se propiciou a construção e a afirmação de uma economia capitalista de escala verdadeiramente mundial. Nessa perspectiva, interessante notar que o autor constrói uma distinção teórica entre o “colonialismo” e a “colonialidade”. Enquanto aquele denotaria uma relação de dominação e exploração econômica, de fato e de direito, vinculada ao pacto colonial e que se encerraria com os processos de independência, colonialidade seria uma situação de fato, estruturada em dois eixos centrais: a ideia de inferioridade racial dos povos coloniais e subordinação das economias coloniais ao padrão mundial de poder capitalista, impingindo, dessa forma, sobre os agora Estado-nação um processo reconfigurado de dominação.

Ya en su condición de centro del capitalismo mundial, Europa no solamente tenía el control del mercado mundial, sino que pudo imponer su dominio colonial sobre todas las regiones y poblaciones del planeta, incorporándolas al “sistemamundo” que así se constituía, y a su específico patrón de poder. Para tales regiones y poblaciones, eso implicó un proceso de re-identificación histórica, pues desde Europa les fueron atribuidas nuevas identidades geoculturales. De ese modo, después de América y de Europa, fueron establecidas África, Asia y eventualmente Oceanía. En la producción de esas nuevas identidades, la colonialidad del nuevo patrón de poder fue, sin duda, una de las más activas determinaciones. (QUIJANO, 2000, p. 209)

Ainda que a teoria da colonialidade do poder atrele o processo de colonização das Américas à constituição da economia-mundo capitalista, concebendo ambos como partes integrantes de um mesmo processo histórico iniciado no século XVI, é nítido que ao inserir o debate racial, da constituição das chamadas “novas identidades” como elemento central na análise de dominação latino-americana, Quijano(2000) parece afastar-se do eixo central analítico indicado pela bússola do materialismo histórico dialético.

E aqui não estamos a negar a existência da questão racial entre nós latino-americanos. Ela existe, mas se conecta umbilicalmente à questão social. Nesse sentido, alinhamo-nos ao pensamento de Ianni (2004), para quem:

Raça e a classe são constituídas simultânea e reciprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais. Essa é a fábrica da dominação e alienação que pode romper-se, quando uns e outros, assalariados de todas as categorias, simultaneamente negros e brancos, em suas múltiplas variações, compreendem que a sua emancipação implica a transformação da sociedade: desde a sociedade de castas à de classes, desde a sociedade de classes à sociedade sem classes. (IANNI, 2004, p. 147)

Assim, torna-se mais coerente ao nosso propósito entender que o colonialismo significou muito mais do que um mecanismo político-econômico para a arrebatação das riquezas coloniais a fim de garantir o desenvolvimento das metrópoles ibéricas a partir do primitivo esquema monopolista do pacto colonial. Ele deixou fincado na América Latina um modo permanente e subalternizado de se relacionar dentro do sistema capitalista mundial. Na análise de Galeano (2010) o Colonialismo inaugurou, desde então, um novo padrão de desenvolvimento econômico no qual o pacto colonial se reinventa continuamente a fim de que os países de vanguarda do capital, ou de capitalismo central, modulem o seu desenvolvimento econômico a partir da extração e apropriação do valor gerado nos países periféricos, ou de capitalismo atrasado, fazendo com que a riqueza acumulada no centro se dê por meio da crescente pobreza na periferia.

Seguindo essa lógica de análise, qual seja, a de que o colonialismo, para além de uma condição meramente jurídica-formal, transpôs-se em processo político-econômico permanente da relação entre centro e periferia capitalista, seria equivocado supor que os movimentos emancipatórios e a conseqüente formação dos Estados nacionais latino-americanos do século XIX significaram a ruptura definitiva desse padrão.

Analisando essa transição política, Casanova (2015) afirma que a independência das antigas colônias não mudou subitamente sua estrutura externa, nem a interna. Ao contrário, segundo o autor, o colonialismo clássico abriu espaço para um novo tipo, o que ele denominou de “colonialismo interno”, dada a característica plural das sociedades coloniais. Seria um colonialismo baseado em relações sociais de domínio e exploração entre grupos culturais heterogêneos (brancos de origem europeia e povos descendentes de indígenas, por exemplo) o que, na visão do autor, não necessariamente expressa a dominação entre classes.

La estructura colonial y el colonialismo interno se distinguen de la estructura de clases, porque no son sólo una relación de dominio y explotación de los trabajadores por los propietarios de los bienes de producción y sus colaboradores, sino una relación de dominio y explotación de una población (con sus distintas clases, propietarios, trabajadores) por otra población que también tiene distintas clases (propietarios y trabajadores). La estructura interna colonial, el colonialismo interno, tiene amplias diferencias con la estructura de clase, y suficientes diferencias con las relaciones de la estructura ciudad-campo(...). (CASANOVA, 2015. pg. 147)

Compreendendo, todavia, o processo de conformação da democracia latino-americana como um fenômeno dos muitos que compõem a totalidade histórica determinada pelo modo de produção capitalista, sem desmerecer a teoria do colonialismo interno de Casanova (2015), parece-nos, contudo, que a análise feita por Gunder Frank(1967), Augustin Cueva(1979) e Florestan Fernandes (2008) sobre a relação entre o desenvolvimento capitalista e a formação do estado latino-americano apresenta-se mais adequada à proposta metodológica aqui adotada.

Partindo da concepção trabalhada por Meszáros (2015), e aqui já apresentada, segundo a qual o Estado moderno, seguindo os ditames das leis fundamentais do funcionamento do capitalismo, se afirma como um agente necessário para garantir a *centrifugalidade* do sistema por meio da correção vital de suas imperfeições, é preciso compreender que o os Estados Latino-americanos não fugirão a essa máxima. Ao contrário, faz necessário compreender de que maneira eles se constituíram como estrutura essencial na manutenção das bases coloniais que determinarão a forma de inserção das economias periféricas no sistema capitalista mundial, ou, em outras palavras, de que modo o Estado latino-americano se formou como parte do processo de desenvolvimento capitalista global e qual foi sua efetiva participação na geração do subdesenvolvimento dessa região.

Analisando o processo do subdesenvolvimento latino-americano na década de 1960, Gunder Frank (1967) afirma que a maioria das teorias econômicas não haviam conseguido abordar a estrutura do desenvolvimento do sistema capitalista como um todo, ou seja, não levaram em conta que esse sistema gera simultaneamente o subdesenvolvimento em alguns lugares e o desenvolvimento econômico em outros.

O autor visa, desse modo, afastar-se das análises econômicas anteriores que apontavam o subdesenvolvimento latino-americano ora como uma etapa necessária do capitalismo – que seria superada com o desenvolvimento das forças produtivas –, ora como produto de uma sociedade dual, marcada pela oposição entre metrópoles

capitalistas nacionais e regiões atrasadas, o que seria corrigido por meio da difusão do capital por todo o país.

A tese central do autor é, portanto, aquela segundo a qual o subdesenvolvimento não é devido à existência de instituições arcaicas ou à ausência de capital em regiões atrasadas, ao contrário, o subdesenvolvimento é fruto do mesmo processo histórico que gera o desenvolvimento econômico das metrópoles capitalistas. Assim o foi no período colonial clássico e assim continua sendo mesmo após o processo de industrialização latino-americana, dada a forma subordinada e dependente como a mesma se desenvolve.

La primera hipótesis ya fue mencionada más arriba: es decir, que en contraste con el desarrollo de la metrópole extranjera que no es satélite de nadie, el desarrollo de las metrópoles subordinadas y nacionales está limitada por su estatuto de satélite. Esta hipótesis es quizás más difícil de probar que las siguientes, porque parte de su confirmación depende de la prueba de las demás hipótesis. No obstante, esta hipótesis parece estar generalmente confirmada por la no-autonomía y el no-satisfactorio desarrollo económico y especialmente industrial de las metrópolis nacionales de América Latina, como documentos de los estudios ya citados. Los ejemplos más importantes y al mismo tiempo más confirmantes son las regiones metropolitanas de Buenos Aires y Sao Paulo, cuyo crecimiento sólo comenzó en el siglo XIX, que no fue obstaculizado por herencias coloniales, pero que es y sigue siendo un desarrollo satélite ampliamente dependiente de la metrópole exterior, primero de Gran Bretaña y después de los Estados Unidos. (GUNDER FRANK, 1967, p. 165-166)

Agustin Cueva (2008) se alinha a esse posicionamento ao defender que o subdesenvolvimento não pode ser compreendido como falta de desenvolvimento, mas como uma modalidade de desenvolvimento capitalista que conforma uma série de contradições particulares e que convertem os países periféricos em verdadeiros “elos débeis” da cadeia capitalista imperialista mundial.

É dialogando com essa concepção teórica do desenvolvimento capitalista visto como uma totalidade contraditória que nasce e se consolida na América Latina a chamada teoria marxista da dependência na perspectiva de decifrar os enigmas do subdesenvolvimento dessa região.

Para os autores dessa Teoria, a América Latina foi forjada a partir das necessidades econômicas e políticas apresentadas pelos países de capitalismo central. Esse traço fundador, que no primeiro momento se afirma por meio da colônia sob os marcos do capitalismo comercial, vai se manter posteriormente como economias dependentes já no âmbito do capitalismo industrial.

A revolução industrial (...) (na Europa) corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19,

fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 1973, p. 8-9)

Visto dessa maneira, o subdesenvolvimento latino-americano é, pois, condição imposta pela própria lógica intrínseca ao desenvolvimento capitalista. Independentemente da fase experimentada pelo Capital, a partir da sucessão de dinâmicas estabelecidas para a extração da mais-valia, a América Latina estará, sob os marcos do capitalismo, sempre como periferia dependente em relação aos interesses econômicos e políticos do centro.

Dependência política e a constituição da subdemocracia

Se partimos da premissa teórico-metodológica marxista de que o Estado Moderno, erigido em concomitância com o sistema capitalista, é a condensação do poder político resultante da luta de classes; Se compreendemos que nessa luta, a Burguesia detém os meios de produção e, por conseguinte, os instrumentos materiais de submissão dos trabalhadores; Se são as leis constituintes de um determinado modo de produção a luz universal que ilumina todos os fenômenos sociais a ela submetidos (MARX, 2008), então, é preciso inexoravelmente concluir ser o Estado Moderno nada mais do que o Estado Capitalista no qual o poder político encontra-se nas mãos da Burguesia.

Afirmar tal constatação torna-se essencial ante ao processo de fetichização do Estado a partir do seu controle pela Burguesia. Assim como ocorre com o fetiche da mercadoria, ao encobrir as características da totalidade do trabalho social nela contidas (MARX, 2006, p. 94), também o Estado Capitalista é fetichizado ao ser visto como ente abstrato e imparcial a mediar os conflitos sociais.

Se algo caracteriza o Estado capitalista é a fetichização das relações de poder e domínio, o que impede que essas relações apareçam tal como são, e ocorra a reconstrução da ficção de um mundo de homens livres e iguais, ao mesmo tempo em que o Estado aumenta sua presença como uma entidade abstrata. Com isso, a burguesia

encontra solução para um problema nada menor: sua promessa civilizatória de construir um mundo de homens livres e iguais.(OSORIO, 2017, p. 29)

Nos países de capitalismo central, essa fetichização ocorreu, sobretudo e notadamente, por meio da constituição do chamado “Estado Democrático de Direito” depois das Revoluções Burguesas. A partir da lógica de substituição dos antigos súditos para os atuais cidadãos, homens livres e com direitos iguais garantidos pelo Estado, a Burguesia faz desaparecer as relações brutais de desigualdade e exploração. A igualdade perante a lei ofuscou, assim, a desigualdade perante o concreto.

A reinserção histórica da democracia como regime político no século XVIII foi, assim, capturada pelo protagonismo burguês-liberal por meio de um significado bastante diferente daquele existente entre os gregos, haja vista a configuração da “democracia representativa”, na qual se buscou esvaziar o povo de seu conteúdo social a fim de impedir a afirmação de uma verdadeira “democracia de massa” (WOOD, 2010).²

A instituição da democracia burguesa, nesse sentido, visou a prevalência do ideário liberal de que “cada indivíduo deposita um só voto, igual aos dos outros cidadãos, sem importar se uns são donos de empresas e outros são somente empregados assalariados das mesmas empresas”. (OSORIO, 2017, p. 30)

Todavia, como vimos defendendo no presente artigo, o desenvolvimento do modo de produção capitalista não se deu de igual maneira em todas as regiões do planeta, sendo que a suposta entrega das promessas de um novo padrão civilizatório ao centro se deu, e continua a se dar, ao custo da extração da enorme massa de excedente econômico da periferia, o que a mantém em estágio permanente de subdesenvolvimento capitalista.

Isso importa concluir que também o Estado Capitalista respondeu a essa assimetria conformando-se de maneira absolutamente peculiar na periferia.

Analisando a questão do Estado no contexto do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, Agustin Cueva (2008) afirma que a democracia burguesa sólida e estável não pode ser vista como a superestrutura natural do modo de produção capitalista, mas sim como a modalidade política que a dominação burguesa assumiu nos países de capitalismo central para onde se escoia o excedente econômico mundial. Afora

² O esvaziamento social promovido pela Democracia francesa foi, aliás, duramente criticado por Marx nos seus escritos sobre a Questão Judaica ao afirmar que os direitos proclamados pela Revolução Francesa representariam tão-somente o egoísmo burguês. (MARX, K. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010).

o grupo dos países centrais, o que se mostra como regra é um regime político absolutamente oposto ao que se conhece como democracia.

Na verdade, o que Cueva (2008) está a defender coerentemente é a ideia de que o Estado capitalista não possui uma forma essencial, mas sim uma funcionalidade única que é assegurar a reprodução capitalista. Assim, a forma irá se adequar a determinadas realidades sócio-históricas a fim de cumprir sua tarefa fundamental. Para o autor, o que caracteriza o Estado Burguês não seria sua forma democrática ou totalitária, mas sim sua necessidade de assegurar a reprodução capitalista e tomará formas adequadas a depender de cada formação econômica-social.

Nesse sentido, se, como já analisado neste artigo, o desenvolvimento do capitalismo mundial é garantido pelo subdesenvolvimento de vastas regiões do planeta – como é o caso da América Latina – por meio da expropriação contínua do excedente econômico, é certo afirmar que tal lógica não se mantém sem resistência, ao contrário, a estratégia imperialista de subordinação das economias periféricas é um processo que acirra a luta de classes e todos os demais conflitos advindos dela.

Isso posto, não é difícil compreender porque razão os Estados Capitalistas Latino-americanos possuem como marca o autoritarismo em detrimento à democracia burguesa clássica.

Analisando como esse processo afeta a conformação do Estado no capitalismo dependente, Bambirra(2012) fala na conformação da “dependência política” determinada pela dependência econômica. Segundo a autora, o processo de tomada de decisão por parte das classes dominantes nacionais deixa de ser autônomo e vincula-se à tomada de decisões estabelecidas pela burguesia internacional. Assim, a burguesia nacional se firma e se afirma no processo de consolidação da dependência econômica. A manutenção dos seus interesses locais está adstrita à defesa da lógica da dependência/subdesenvolvimento, daí Bambirra(2012) concluir que à medida em que se aprofunda a dependência econômica, aprofunda-se também a dependência política.

Nessa esteira, a burguesia dependente tem consciência de que um projeto político nacional autônomo – o que pressuporia, eventualmente, a existência de uma democracia de massa – significaria o questionamento das bases do imperialismo, da dependência e, em última instância, da sua própria existência enquanto classe. É por esta razão que a burguesia nacional dependente aceita o papel de “classe dominante-dominada” como sócia menor do imperialismo e, para manter o funcionamento desse

sistema, usa mão de todos os meios disponíveis, a começar por um Estado altamente antidemocrático.

Em sintonia com o pensamento até aqui apresentado e analisando o processo de absorção do padrão capitalista de produção pela sociedade brasileira, naquilo que denominou de “Revolução Burguesa no Brasil”, Fernandes (2006) afirma que ao contrário do que ocorreu nas revoluções burguesas clássicas, nas quais a implantação do capitalismo foi seguida pelo modelo democrático-burguês, entre nós, o que se viu foi uma forte “dissociação pragmática” entre capitalismo e democracia ou uma “forte associação entre desenvolvimento capitalista e autocracia”.

Para o autor, a burguesia nacional que capitaneará o processo de modernização econômica nacional só se estabelecerá graças ao padrão imperializado de desenvolvimento, ou subdesenvolvimento capitalista. Paradoxalmente, a burguesia nacional cresce à medida em que cresce a dependência, tornando-se, assim, “vanguarda política” do projeto capitalista, é, no dizer de Fernandes (2006), a “revolução dentro da ordem”. Todavia, esse processo, dada a caracterização do capitalismo na América Latina (drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a extrema concentração de riqueza, a depressão medular do valor da força de trabalho e a persistência de formas pré-capitalistas de trabalho) vai exigir muito mais esforço político da burguesia nacional pela própria natureza dos conflitos gerados.

É, portanto, no sentido de manter a ordem burguesa, salvar o capitalismo selvagem latino-americano e impedir que se perca o controle burguês sobre o Estado que vai conformar o que Fernandes (2006) denomina de “dominação burguesa autocrática”, na qual cabem, inclusive, as formas mais abertas de Ditadura.

Assim, a burguesia nacional dependente abandona o ideário burguês clássico de liberdade e igualdade em defesa última dos seus interesses materiais. Em nome da manutenção da ordem capitalista, em sua autodefesa e do autoprivilegiamento, a burguesia dependente não enfrenta o problema da democracia, ao revés, constrói uma autocracia, um governo dominado por uma classe possuidora que governa tão somente para si.

Embora esse processo fique mais evidente em momentos históricos em que o poder político se manifeste em regimes de exceção democrática, como no caso das Ditaduras Militares que se sucederam na América Latina ao longo do século passado, é preciso compreender ele se mantém mesmo sob o manto das atuais “democracias constitucionais”.

Considerações Finais

É nesse sentido que aqui tentamos defender a ideia de que o desenvolvimento do sistema capitalista não só impingiu o subdesenvolvimento econômico da periferia, mas também forjou o seu subdesenvolvimento político quando desassociou a implantação do capitalismo da construção da democracia burguesa clássica, fazendo surgir aqui, no máximo, o que estamos denominando de *subdemocracia*.

O traço autocrático, segundo a concepção de Fernandes (2006), é marca indelével dos regimes políticos latino-americanos. Ele pode se apresentar de forma evidente, momento no qual sua aparência coincide com a sua essência, por meio dos regimes de exceção que são a manifestação mais reveladora e extrema do poder político da burguesia, como também pode de apresentar de maneira dissimulada, quando aparentemente se revela “democrático”, mas sua essência continua a ser autocrática. É, particularmente, a esse segundo momento que nos referimos como *subdemocracia*.

Contemporaneamente, os países latino-americanos regem-se por Constituições Democráticas, governos eleitos diretamente pela população se sucedem na região e são altamente festejadas as conquistas advindas da cidadania política, que vão desde a ampliação sem precedente do sufrágio universal, ao multipartidarismo e até as quase irrestritas liberdades de manifestação. O continente estaria vivendo, assim, sua experiência democrática mais profunda.

Essa é, contudo, a aparência do fenômeno. Sua essência parece-nos indicar a direção oposta. Em tempos de financeirização do capital e de sua crise estrutural (MESZÁROS, 2002) exigindo a reestruturação da produção e do Estado por meio do neoliberalismo (HARVEY, 2008), o controle burguês sobre a política nunca foi tão decisivo para manutenção do sistema, o que exige a permanência da autocracia sob nova forma: a *subdemocracia*.

A burguesia nacional dependente no seu intuito de manter o controle do Estado reformulou suas bases políticas a partir das pressões surgidas com o desenvolvimento das forças produtivas. O adensamento da luta de classes nos regimes militares obrigou a burguesia a um novo construto político: a *subdemocracia*. Longe de afirmar-se como um valor ético, longe de significar horizontalidade de relações políticas, longe de importar em forma de governo gestionada genuinamente a partir da vontade dos membros daquela comunidade expressa em igualdade substancial, a *subdemocracia* se afirma meramente como um regime político formal. Nele, não obstante haver garantias formais de participação popular nos governos, elas não passam de manifestação de uma

aparente democracia, eis que esvaziadas de conteúdo material que possa efetivamente questionar a hegemonia burguesa do controle do Estado.

A ampliação do sufrágio universal toma dimensão diminuta quando se qualifica o nível de consciência política do eleitorado, mantida cuidadosa e estrategicamente alienada sobre sua realidade. O multipartidarismo pouco significa ante a ausência de qualquer vinculação ideológica aos programas dos partidos políticos, que se tornam apenas legendas de aluguel para incrementar as negociações dos arranjos políticos e para se transpor eventuais barreiras colocadas oportunisticamente pela legislação eleitoral. As garantias formais de participação de qualquer um do povo no processo eleitoral esvanecem-se no ar ante ao valor milionário necessário para custear as campanhas vitoriosas e as sucessivas reformas eleitorais que são feitas para privilegiar os grandes partidos burgueses. Instrumentos de participação direta do povo nos governos tais como audiências públicas, conselhos de direitos, conferências, etc. perdem o significado quando as deliberações ali tiradas são solenemente ignoradas pelos detentores dos mandatos e afirmam-se como jogo de cena para busca de consensos ideológicos. O direito de manifestação, de greve e tantos outros amplamente garantidos pelas constituições tornam-se letra morta ante a crescente judicialização da política, a forte repressão do sistema de segurança e o processo de criminalização dos movimentos sociais e das esquerdas.

É dessa maneira que uma democracia formal esconde uma *subdemocracia* material. É dessa forma que, muito embora, vivamos sobre o manto de uma democracia formal, o fetichismo das leis, do direito, das instituições democráticas, esconde e escamoteia a verdadeira essência autocrática dos regimes políticos latino-americanos.

Referências

BAMBIRRA, V. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

CASANOVA, P.G. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación : pensar América Latina en el siglo XXI** . México, D. F. : Siglo XXI Editores ; Buenos Aires : CLACSO ; 2015

CUEVA, A. **El desarrollo del capitalismo en America Latina**. 29 ed. Siglo XXI, México, DF: 2008.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. 5. Ed. São Paulo, Globo: 2006.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GUNDER FRANK, A. **El desarrollo del subdesarrollo**. *Pensamiento Crítico*, Habana, agosto de 1967, número 7, páginas 159-173. Disponível em www.filosofia.org

HARVEY, D. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo, Loyola: 2008.

IANNI, O. **A dialética da globalização**. In: Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Flacso, (Santiago de Chile), nº 5, junho 1973. Disponível em: www.centrovictormeyer.org.br

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. E. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O Capital**: crítica à economia política. Livro 1. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Revista outubro edição 04. 2002

MÉSZÁROS, I. **A Montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

OSORIO, J.S. **Sobre o Estado, o Poder Político e o Estado Dependente**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUIJANO, A. **Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina**. In E. Lander (Comp.) La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO: Buenos Aires, 2000.

WOOD, E.M. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2010.